

Construção e validação da Escala de Branquitude para o contexto brasileiro

Rita Cassia Oliveira¹, Marcus Eugênio Lima² y Kaline Lima Kaline³

^{1,2}*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

³*Universidade de Fortaleza, Brasil*

O objetivo do estudo foi construir e validar uma escala de branquitude. No Estudo 1, oito juízes avaliaram a inteligibilidade, pertinência e relevância dos itens. No Estudo 2, foram feitas análises exploratórias e confirmatórias com 653 participantes. A versão unifatorial composta por 13 itens, apresentou excelentes índices de ajuste: $\chi^2 = 98.19$; gl = 65; $p < .001$, com $\chi^2/\text{gl} = 1.38$; CFI = .99; TLI = .99; RMSEA = .031; IC 90% [0.017; 0.043]; SRMR = 0.068. A consistência interna foi satisfatória ($\omega = .86$). As correlações significativas entre a branquitude, Orientação para a Dominância Social ($r = .34$; $p < .001$) e racismo ($r = .84$; $p < .001$) indicam evidências de validade por correlações com medidas externas.

Palavras-chave: Branquitude; dominância social; privilégio branco; racismo; Brasil.

Construcción y validación de la Escala de Blanquitud para el contexto brasileño

El objetivo del estudio fue construir y validar una escala de blanquitud. En el Estudio 1, ocho jueces evaluaron la inteligibilidad, pertinencia y relevancia de los ítems. En el Estudio 2, se realizaron análisis exploratorios y confirmatorios con 653 participantes. La versión unifactorial, compuesta por 13 ítems, mostró índices de ajuste excelentes: $\chi^2 = 98.19$; gl = 65; $p < .001$, con $\chi^2/\text{gl} = 1.38$; CFI = .99; TLI = .99; RMSEA = .031; CI 90% [.017; .043]; SRMR = .068. La consistencia interna fue satisfactoria ($\omega = .86$). Las correlaciones significativas entre blanquitud, Orientación a la Dominancia Social ($r = .34$; $p < .001$) y racismo ($r = .84$; $p < .001$) indican evidencias de validez mediante correlaciones con medidas externas.

Palabras-clave: Blanquitud; dominancia social; privilegio blanco; racismo; Brasil.

Rita Cassia Oliveira  <https://orcid.org/0000-0002-8611-9461>

Marcus Eugênio Lima  <https://orcid.org/0000-0001-5280-130X>

Kaline Lima Kaline  <https://orcid.org/0000-0001-6127-5815>

Toda a correspondência relativa a este artigo deve ser enviada para Rita Cassia Oliveira. Email: rita.cassia.j.oliveira@gmail.com

Construction and validation of the Whiteness Scale for the Brazilian context

The aim of the study was to construct and validate a whiteness scale. In Study 1, eight judges assessed the intelligibility, pertinence and relevance of the scale's items. In Study 2, exploratory and confirmatory analyses were carried out with 653 participants. The single-factor version, made up of 13 items, showed excellent fit indices: $\chi^2 = 98.19$; $gl = 65$; $p < .001$, with $\chi^2/gl = 1.38$; CFI = .99; TLI = .99; RMSEA = .031; CI 90% [.017; .043]; SRMR = .068. Internal consistency was satisfactory ($\omega = .86$). The significant correlations between whiteness, Social Dominance Orientation ($r = .34$; $p < .001$) and racism ($r = .84$; $p < .001$) indicate evidence of validity through correlations with external measures.

Keywords: Whiteness; social dominance; privilege; racism; Brazil.

A partir da década de 1990, nos Estados Unidos, surgiram os primeiros estudos sistemáticos sobre a branquitude. Até então, o foco principal estava nas análises da raça e racismo, que de certa forma deslocavam a responsabilidade pelo racismo dos brancos, beneficiários da construção da noção de raça e das hierarquias raciais, para centrar-se nas suas vítimas, os grupos racializados. Esses estudos emergentes ficaram conhecidos como “estudos críticos da branquitude” e influenciaram o surgimento de pesquisas sobre a temática em escala mundial. Embora os Estados Unidos sejam reconhecidos como pioneiros nos estudos sobre a branquitude, produções acadêmicas anteriores podem ser encontradas na África do Sul, Austrália e Brasil. Todavia, nem sempre o termo “branquitude” aparece nesses trabalhos, embora se concentrem no papel dos brancos na produção do racismo (Applebaum, 2016; Cardoso, 2010; Schucman, 2014).

No Brasil, os estudos críticos sobre a branquitude são recentes, com algumas exceções notáveis. O sociólogo Guerreiro Ramos, por exemplo, publicou em 1957 o artigo “A patologia social do branco brasileiro”. Além disso, obras como “Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo” (Bastide & Fernandes, 1955) e “O negro no mundo dos brancos” (Fernandes, 1972) também abordam aspectos da branquitude.

O campo de estudos da branquitude no Brasil começou a se desenvolver e a produzir trabalhos sistematicamente apenas por volta dos anos 2000, destacando-se os trabalhos sobre a invisibilidade branca (Piza, 2000), pactos narcísicos da branquitude dentro das organizações (Bento, 2002), miscigenação, branquitude e mídia (Sovik, 2009), branquitude crítica e acrítica (Cardoso, 2010), branquitude, raça e subjetividade (Schucman, 2014), branquitude e gênero (Corossacz, 2014), entre outros trabalhos que contribuem para entender como a branquitude se constitui no país.

A branquitude é um conceito carregado de características particulares. Um desses traços é a invisibilidade branca ou o silêncio em torno da categoria racial “brancos”. Pouco se fala sobre quem são os brancos, o que representa ser branco no Brasil e por que o branco não é racializado, já que a noção de raça está sempre ligada aos grupos minorizados. Tais características colaboram para o não reconhecimento de que os brancos detêm o poder social, econômico e político. Por meio dessas e de outras engrenagens, o branco obtém privilégios simbólicos e materiais (Schucman, 2014).

Os poucos debates fora do meio acadêmico em torno da branquitude tornam essa temática um campo ainda mais necessário de ser explorado. A constituição da identidade branca em uma sociedade estruturada pelo racismo, como a brasileira, faz com que os ideais da supremacia branca contribuam na modulação dos comportamentos (Souza, 2021). Deste modo, este trabalho propõe a criação de uma medida de branquitude. Um instrumento de pesquisa sistemática pode ampliar o conhecimento sobre a branquitude, ao investigar aspectos cognitivos e emocionais relacionados a ela. Com essa medida espera-se contribuir acadêmica e politicamente para o conhecimento desse fenômeno que é diretamente entrelaçado ao racismo.

Os estudos sobre desigualdade racial no Brasil, em sua grande maioria, focam apenas o grupo não branco, passando a ideia de que o racismo é um problema exclusivamente dos negros. Com isso, ocorre uma falta de reflexão e discussão sobre o papel dos brancos na desigualdade racial (Bento, 2014). Assim, a construção de tal instrumento se justifica pela necessidade de pesquisas que utilizem a abordagem quantitativa e investiguem a expressão da branquitude e sua relação com outros fenômenos, permitindo a coleta de amostras representativas da população nacional, com métodos sistemáticos que possam ser replicados no futuro.

A partir do levantamento da literatura, a branquitude é definida no presente estudo como um lugar de vantagem estrutural e simbólica, de privilégio racial, vivenciado dentro das relações cotidianas pelos brancos. O grupo branco dificilmente reflete criticamente sobre a posição que ocupa dentro dessas relações raciais, podendo entender

essa omissão como uma estratégia de manutenção dos interesses (Frankenberg, 1999). A medida proposta contempla três dimensões principais: cognitivas (crenças sobre desigualdade e privilégio), afetivas (emoções diante do racismo, como culpa racial e tristeza) e comportamentais (respostas a situações racistas).

No Brasil, até onde vai nosso conhecimento, não existe um instrumento de pesquisa para avaliar a branquitude. O objetivo geral deste artigo é apresentar a construção e obtenção de evidências de validade de um instrumento de pesquisa que foca os aspectos cognitivos e afetivos da branquitude no contexto brasileiro, detalhando sua validade de conteúdo, da estrutura interna, validade convergente e validade discriminante, com os construtos do racismo e da Orientação para a Dominância Social (ODS), bem como uma descrição dos níveis de branquitude da amostra pesquisada. Para tanto, foram realizados dois estudos: o estudo 1 tratou da construção dos itens escala e sua validade de conteúdo e o estudo 2 tratou da verificação das demais evidências de validade.

Estudo 1: A Construção da escala e sua validade de conteúdo

Método

A escala de branquitude foi desenvolvida através da revisão de textos sobre os estudos críticos da branquitude e outros relacionados ao racismo e suas manifestações no Brasil. Este instrumento é questionário de autorrelato, cujo desenvolvimento passou por várias etapas, incluindo leitura, discussões, análise por especialistas, pré-teste e refinamento dos itens.

Participantes

Este estudo contou com a colaboração de oito juízes, todos pesquisadores sobre temáticas relacionadas ao preconceito e racismo. O pré-teste realizado em setembro de 2021 contou com 14 participantes da população geral, convidados por e-mail e WhatsApp. A coleta foi

online, via “*Google Forms*”. Os participantes, tinham idades entre 23 e 33 anos ($M = 27.50$; $DP = 2.68$), eram majoritariamente do sexo feminino (71.4%). Quanto à renda, 50% recebiam entre 1,1 e 2 salários mínimos. A maioria era do estado Bahia (78.6%), com posições políticas predominantemente à esquerda (85.7%) e de formação escolar elevada (85.8% possuíam ensino superior completo).

Procedimentos e instrumentos

Em relação à validade de conteúdo, foram realizadas várias etapas com o objetivo de atribuir significado às pontuações das escalas, demonstrando evidências de que os itens mediam os conceitos pretendidos. A primeira parte do estudo consistiu no desenvolvimento dos itens. Os itens foram elaborados por uma equipe composta por seis pesquisadores do racismo, baseando-se nas definições de branquitude de vários autores, incluindo Bento (2014), Cardoso (2010), DiAngelo (2018), Frankenberg (1999), Piza (2014), Schucman (2014) e Sovik (2009). Procurou-se selecionar itens que capturassem as características relacionadas à branquitude, levando em consideração sua dimensionalidade. Inicialmente, foram formuladas 29 afirmações, as quais foram submetidas à análise de oito juízes. Esses juízes foram convidados por e-mail e receberam um documento em formato Word, contendo os itens da escala, espaços para notas e sugestões, além de instruções para avaliar três critérios de adequação: pertinência, relevância e compreensão. As notas variaram de 0, indicando nenhuma adequação, a 5, representando total adequação. A partir dessas avaliações restaram 19 itens.

A segunda fase do Estudo 1 consistiu em realizar um pré-teste do instrumento construído com os 19 itens. Nessa fase, participaram 14 pessoas da população geral, contactadas através das redes sociais. O questionário foi conduzido eletronicamente, por meio da plataforma “*Google Forms*”. Para metade dos participantes, foi solicitado que o tempo de resposta fosse cronometrado, enquanto, para a outra metade, perguntou-se sobre a estimativa do tempo gasto para responder sem cronometrar. Além disso, foram feitas as seguintes perguntas: “Você

achou as perguntas compreensíveis?” e “Sentiu algum desconforto?”, visando ajustes antes da aplicação a um público maior.

Aspectos éticos

O estudo completo, considerando todas as suas fases, foi submetido à avaliação e aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal de Sergipe por meio da Plataforma Brasil, sob o número de parecer 5.581.607. Para assegurar a integridade dos participantes, foram seguidas as diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012.

Análise de dados

A análise dos especialistas foi utilizada como evidência de validade de conteúdo. A concordância entre os avaliadores foi medida pelo Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC). Calculou-se o CVC, mais especificamente, para o julgamento do especialista de conteúdo (CVC_j) para cada um dos critérios e para cada item (CVC_i), bem como para a escala total (CVC_t), utilizando o ponto de corte $CVC \geq .80$ como critério de validade de conteúdo (Aiken, 1985). A análise da compreensibilidade dos itens pela população-alvo foi realizada de maneira descritiva, de modo a checar a quantidade de itens compreendidos, possíveis sugestões e dificuldades da amostra e o tempo máximo de resposta.

Resultados

Avaliação dos especialistas

Os resultados mostraram que todos os itens da escala apresentaram valores entre .82 e 1, quanto à pertinência, relevância e compreensão. O valor de CVC_t foi igual a .94 para todos os critérios. Além disso, foi solicitado aos avaliadores que sugerissem mudanças na redação dos itens. A tabela 1 apresenta o CVC_i e os itens antes e depois da análise dos avaliadores, além da inteligibilidade dos itens pela população-alvo.

Tabela 1

Coeficientes de validade de conteúdo

Itens	CVCi		
	Critério de pertinência	Critério de relevância	Critério de clareza
1. Os brancos percebem a si mesmos do ponto de vista étnico racial.	.950	.950	.825
2. Pessoas brancas têm dificuldades em se reconhecer e se declarar racialmente. *	.950	.950	.950
3. Pessoas brancas não têm raça.	.900	.900	.900
4. No dia a dia, não me dou conta que sou branco. *	.925	.925	.925
5. No Brasil, pessoas brancas possuem privilégios apenas por serem brancas. *	1.000	1.000	1.000
6. No dia a dia, pessoas brancas são favorecidas por serem brancas.	.925	.925	.975
7. Os brancos contribuem para a desigualdade racial. *	.950	.950	.950
8. Pessoas brancas pobres têm privilégios quando comparadas às pessoas negras pobres. *	.950	.950	.950
9. A cor da pele branca pode favorecer, de alguma forma, ascensão social ou econômica de uma pessoa.	.975	.975	.975
10. O que chamam de “privilégio dos brancos” é, na verdade, construído a partir do esforço das pessoas, e não de alguma vantagem já existente. *	.975	.975	.950
11. Em geral, no Brasil, os brancos têm mais direitos do que os negros.	1.000	1.000	1.000
12. Dizer que no Brasil há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero. *	.975	.975	.975
13. As diferenças entre brancos e negros, no Brasil, é uma questão de classe social e não de raça.	.975	.975	.975
14. Ter preferência estética por brancos em relação aos negros não tem nada a ver com racismo, é apenas uma questão de gosto. *	.975	.975	.975
15. De forma geral, negros e brancos possuem tradições e valores diferentes.	.950	.950	.925

Itens	CVCi		
	Critério de pertinência	Critério de relevância	Critério de clareza
16. Sinto-me triste sobre a história do racismo no Brasil. *	.850	.850	.900
17. Eu gostaria que houvesse algo que eu, pessoalmente, pudesse fazer para compensar todo o dano que a escravidão causou aos negros no Brasil. *	.900	.900	.900
18. Eu acho que o Governo do Brasil deveria compensar a população negra por todo o dano que a escravidão lhe causou. *	.900	.900	.900
19. A escravidão foi horrível, mas as pessoas precisam superar isso e seguir em frente. *	.900	.900	.900
20. Às vezes, eu me sinto incomodado por ser Branco. *	.950	.950	.950
21. Quando ouço uma piada com conteúdo racista, eu me sinto incomodado e digo que não deve ser contada. *	.900	.900	.875
22. Pessoas brancas geralmente são mais bonitas do que as negras. *	.950	.950	.950
23. No Brasil, as pessoas brancas deveriam ser ainda mais bem-sucedidas do que as negras.	.950	.950	.950
24. Os brancos devem ter mais destaque na política e na mídia do que os negros. *	.950	.950	.950
25. Os brancos devem ocupar mais espaços sociais do que os negros no Brasil (nas universidades, lideranças da sociedade, e cargos civil importantes etc.)	.950	.950	.950
26. Brancos são fisicamente diferentes dos negros.	.950	.950	.950
27. Brancos e negros são culturalmente diferentes. *	.800	.800	.925
28. Brancos e negros são moralmente diferentes. *	.900	.925	.925
29. Pessoas brancas devem participar da luta antirracista. *	.900	.925	.925
CVCt médio	.940	.940	.940

Nota. * Itens que permaneceram após a validade de conteúdo.

Todos os itens obtiveram médias de pertinência, relevância e compreensão superiores a 4. Com isso, todos os itens foram selecionados para a próxima etapa de validação. Como resultado das sugestões dos avaliadores, houve modificação nos itens (3, 4, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18), enquanto, devido à compreensibilidade dos itens pelo público-alvo, houve modificações na redação e exclusão. Após a análise e sugestões dos juízes, alguns itens foram reformulados e outros excluídos devido à similaridade, restando 19 itens na composição da escala.

Pré-teste do instrumento com a população-alvo

No geral, os participantes afirmaram não ter dificuldade em compreender as questões, mas três mencionaram dificuldade em determinar o que deveriam responder devido à complexidade do tema. O tempo máximo gasto para responder foi vinte minutos. Os participantes relataram não sentir desconforto ao responder às perguntas, exceto um que mencionou um certo incômodo ao refletir sobre o papel dos brancos na luta contra o racismo.

Estudo 2: Evidências de validade da estrutura interna e por correlações com medidas externas

Método

O segundo estudo, quantitativo transversal de natureza descritiva e exploratória, teve como objetivo avaliar a validade da escala construída em uma amostra ampla. Além disso, procurou-se descrever os níveis de branquitude na amostra pesquisada.

Participantes

Esse estudo contou com duas amostras independentes, para fins de testagem exploratória e confirmatória da escala proposta:

Amostra 1: Análise Fatorial Exploratória e Validade Convergente e Discriminante. A amostra para análise fatorial exploratória foi constituída por conveniência, e a coleta de dados da primeira metade dos participantes ocorreu em outubro de 2021. Foram obtidas respostas de 397 indivíduos autodeclarados como brancos, com idades variando entre 18 e 83 anos ($M = 50.7$; $DP = 14.9$), sendo a maioria do sexo feminino (89.7%), com uma proporção de (8.6%) do sexo masculino e (2.8%) de indivíduos não binários/terceiro gênero. Em relação à renda familiar, observou-se uma variação entre 2.1 e 3 salários-mínimos (17.1%); de 3.1 a 4 salários-mínimos (16.9%); e mais de 5 salários mínimos (34.3%). Quanto à região de origem dos respondentes, a maioria era do Sudeste (55.7%), seguido pelo Sul (28.5%), Nordeste (9.6%), Centro-Oeste (4.3%) e Norte (2.0%). A maior parte dos participantes se identificou como sendo de esquerda (52.9%), centro-esquerda (15.1%) e direita (11.8%). Ademais, 12 participantes foram identificados como de extrema-esquerda (3.0%) e seis como de extrema-direita (1.5%). Em relação à escolaridade, a maioria possuía nível superior (55.7%), enquanto uma minoria possuía apenas o ensino fundamental (1.6%), havendo uma distribuição variada de participantes nos demais níveis de escolaridade.

Amostra 2: Análise Fatorial Confirmatória. A amostra para a análise fatorial confirmatória foi composta por 256 participantes autodeclarados brancos, com idades entre 18 e 63 anos ($M = 29.5$; $DP = 11.7$). A distribuição por gênero foi a seguinte: feminino (82.7%), masculino (13.0%) e não binários/terceiro gênero (4.3%). Quanto à renda familiar, houve uma variação entre 1,1 e 2 salários mínimos (26.7%), de 2.1 a 3 salários mínimos (20.8%) e mais de 5 salários mínimos (23.1%). Em relação à região, 38.8% dos participantes eram do Nordeste, 37.5% do Sudeste, 16.5% do Sul, 5.1% do Centro-Oeste e 2.0% do Norte. Quanto à posição política, a maioria se identificou como sendo de esquerda (53.4%), centro-esquerda (19.5%) e extrema-esquerda (8.8%); enquanto 10.3% se posicionaram como Centro, 4.0% como centro-direita, 9.3% como direita e 1.1% como extrema-direita. Em relação à escolaridade, 72.7% dos participantes possuíam nível superior, sendo que apenas quatro estavam no ensino fundamental (1.6%), havendo uma distribuição variada nos demais níveis de escolaridade.

Procedimentos

Os critérios de inclusão dos participantes consistiram em se auto-declararem brancos e serem maiores de 18 anos. A coleta de dados foi realizada de forma remota, com os participantes sendo convidados por meio das redes sociais e aplicativo de troca de mensagens e Instagram, Facebook e WhatsApp. Um link para a plataforma “Qualtrics”, foi enviado, contendo os instrumentos de pesquisa, juntamente com orientações sobre como respondê-la. Em relação aos aspectos éticos, o Estudo 2 foi avaliado no mesmo projeto do Estudo 1, ambos submetidos ao comitê de ética e aprovados com o parecer nº 5.581.607. Um total de 653 questionários eletrônicos foram respondidos após concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Essa amostra foi dividida em duas partes: para as fases de análise da estrutura fatorial da escala e para as análises confirmatória e de validade convergente e discriminante, já mencionadas acima.

Instrumentos

Escala de Branquitude. Trata-se de um instrumento de autorrelato composto por 19 itens. Os itens estão organizados em uma escala Likert, em que 1 representa “concordo totalmente”, 2 refere-se a “concordo parcialmente”, 3 indica posição neutra de “não concordo nem discordo”, 4 representa “discordo parcialmente” e 5 indica “discordo totalmente”.

Escala de Orientação à Dominância Social. Adaptada para o contexto brasileiro e previamente validada (Fernandes et al., 2007), essa escala é composta por 16 itens (por exemplo: “Alguns grupos devem ser mantidos em seus devidos lugares na sociedade”). Amplamente testado, em 45 amostras de 11 nações diferentes, este instrumento analisa a aceitação de mitos legitimadores das desigualdades nas sociedades. A Orientação de Dominância Social (ODS), avalia a extensão em que alguém deseja que seu grupo domine e seja superior aos grupos externos. A ODS pode ser assemelhada à branquitude pois pressupõe que as pessoas mais orientadas à dominância social favorecem ideologias e aderem a políticas para manutenção ou ampliação das hierarquias (Pratto et al., 1994). De

forma que, quanto mais elevada a ODS maior a adesão à branquitude, enquanto hierarquia racial. Neste sentido, a versão adaptada da escala para o Brasil foi utilizada para as evidências de validade discriminante da branquitude.

Escala de Racismo Revitimizador (ERR). Composta por 10 itens (por exemplo: “As pessoas discutem o racismo mais do que deveriam”), essa escala foi desenvolvida com o objetivo de ser um instrumento mais adequado para o contexto brasileiro, refletindo a percepção atual em que o racismo é, muitas vezes, minimizado e a culpa é atribuída às minorias (Lima et al., 2020). Essa escala foi utilizada para avaliação da validade convergente, dada a relação apontada pela literatura citada entre branquitude e racismo.

Para fins de caracterização das amostras estudadas, os participantes responderam questões sobre idade, gênero, escolaridade, renda, orientação política e região geográfica.

Análise de dados

A verificação das propriedades psicométricas de um instrumento de medida é uma etapa imprescindível para garantir evidências de validade e confiabilidade e consiste em um esforço sistemático para assegurar a medição do comportamento, empregando estatísticas, construção e validação organizada teoricamente pelo método científico (Damásio & Borba, 2023).

Em relação às evidências de validade deste estudo, foram empregadas duas estratégias: validade da estrutura interna e validade convergente-discriminante. Para obter evidência de validade da estrutura interna, foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) com 397 participantes, com o intuito de avaliar a estrutura fatorial da escala de branquitude. A análise foi conduzida com o software JASP (versão 0.16). A decisão sobre o número de fatores a serem retidos foi baseada na técnica da Análise Paralela, com rotação oblimim.

Para a validação convergente e discriminante, com a amostra de 397 participantes, foram estudadas as relações estabelecidas com variáveis medidas por outros instrumentos que mensuram construtos teo-

ricamente relacionados. Primeiramente, analisou-se a relação entre a escala em construção e os escores da Escala de Orientação à Dominância Social (ODS) (Damásio & Borba, 2023), esperando-se correlação baixa, por serem construtos relacionados, porém distintos. Em seguida, correlacionaram-se os escores da escala desenvolvida com os da Escala de Racismo Revitimizador (Lima et al., 2020), esperando-se correlação forte, pois racismo e branquitude são fenômenos muito entrelaçados. De forma complementar, as correlações foram replicadas por meio da correlação parcial, com a finalidade de evidenciar de maneira mais apurada a associação entre duas variáveis eliminando a influência de um fator que poderia estar interferindo nessa relação. A orientação política foi incluída como covariável por estar teoricamente e empiricamente associada tanto à branquitude, quanto à ODS e ao racismo. Estudos anteriores indicam que posições políticas mais conservadoras tendem a se correlacionar com maior aderência a ideologias hierárquicas e menor reconhecimento de desigualdades raciais (Jost et al., 2003; Sidanius & Pratto, 1999). Controlar a orientação política, portanto, permitiu isolar os efeitos específicos das variáveis de interesse, fornecendo uma estimativa mais precisa da relação entre branquitude, ODS e racismo.

Com a outra parte da amostra, isto é, 256 participantes, foi realizada uma análise fatorial confirmatória (AFC). A análise foi conduzida a partir do método de estimação *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS), adequado para dados categóricos (DiStefano & Morgan, 2014; Li, 2016). Os índices de ajuste utilizados foram: *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Standardized Root Mean Square Residual* (SRMR), *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI). Valores de CFI e TLI devem ser $> .90$ e, preferencialmente, acima de $.95$; valores de RMSEA devem ser $< .08$ ou, preferencialmente, $< .06$, com intervalo de confiança (limite superior) $< .10$ (Brown, 2015). Além disso, a consistência interna da medida foi analisada pelo coeficiente ômega de McDonald (ω) em ambas as subamostras.

Estatísticas descritivas (média e desvio padrão) foram efetuadas para traçar o perfil da amostra nos construtos avaliados. O cálculo dos escores foi realizado com base no escore médio (somatório dividido pelo

número de itens). O escore da escala de branquitude, especificamente, foi necessário inverter itens previamente. Os itens invertidos foram de carga fatorial positiva pela AFE e AFC, pois referem-se teoricamente a crítica à branquitude. Sendo assim, quanto maior o escore na escala, maior o nível de adesão à branquitude na amostra pesquisada.

Resultados

Análise Fatorial Exploratória

Em uma análise dos Eixos Principais (PAF), verificou-se que os testes de Esfericidade de Bartlett significativo, $\chi^2(171) = 1503.12$; $p < .001$, e KMO = .86, sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. Dois fatores foram destacados como sendo os mais representativos para os dados (Figura 1).

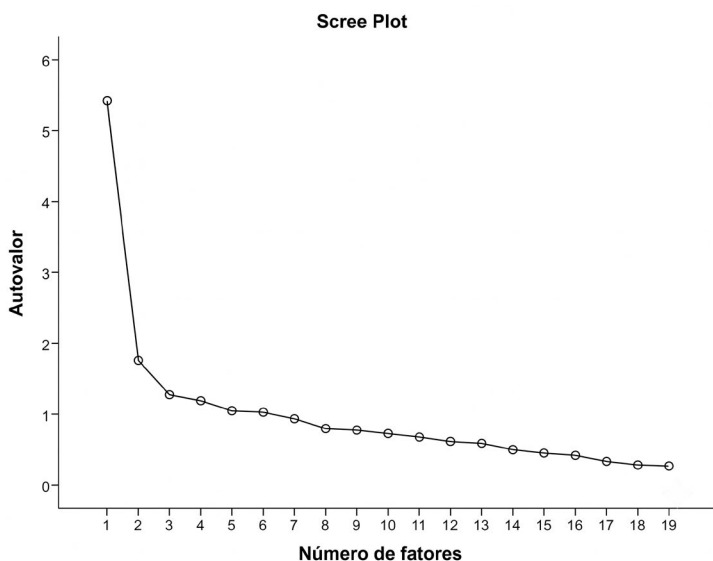


Figura 1. Autovalores empíricos

A análise paralela também revelou a presença de dois fatores. No entanto, o resultado bifatorial indicou uma concentração de itens no fator 1 e um valor próprio baixo no fator 2 ($\lambda = 1.22$), com uma variância explicada por este fator também muito baixa (6,4%). Diante disso, realizou-se uma nova Análise Fatorial Exploratória (AFE), fixando os itens em um único fator, o qual explicou 25.39% da variância total dos itens. As cargas fatoriais variaram entre .11 e .74. Os itens com carga inferior a .30 foram removidos (itens 4, 8, 14, 15, 16 e 17). Assim, a versão unifatorial da escala foi composta por 13 itens, com cargas variando entre .347 e .743. Os itens positivos referem-se teoricamente a crítica à branquitude, enquanto os itens negativos referem-se à aceitação da branquitude. A consistência interna do fator geral foi satisfatória ($\omega = .86$) (ver Tabela 2).

Tabela 2

Estrutura fatorial da Escala de Branquitude/ Estatística descritiva da escala

Itens	λ	$M(DP)$
1. No Brasil, pessoas brancas possuem privilégios apenas por serem brancas.	.743	4.06(1.29)
19. O Governo do Brasil deveria compensar a população negra por todo o dano que a escravidão lhe causou.	.718	3.91(1.35)
2. Os brancos contribuem para a desigualdade racial no Brasil.	.708	3.75(1.31)
3. No Brasil, pessoas brancas pobres têm privilégios quando comparadas às pessoas negras pobres.	.707	3.82(1.39)
13. A escravização foi algo horrível, mas as pessoas negras precisam superar e seguir em frente.	-.644	2.86(1.58)
10. Eu gostaria que houvesse algo que eu pudesse fazer para compensar todo o dano que a escravidão causou aos negros no Brasil.	.612	4.43(1.00)
6. Dizer que, no Brasil, há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero.	-.597	1.81(1.34)

Itens	$\bar{X}$	$M(DP)$
5. O que chamam de “privilégio dos brancos”, no Brasil, é, na verdade, construído a partir do esforço dos brancos, e não de alguma vantagem já existente.	-.595	2.03(1.33)
7. Ter preferência estética por brancos em relação aos negros não tem a ver com racismo, é apenas uma questão de gosto.	-.581	2.24(1.34)
9. Sinto-me triste quando penso sobre a história do Brasil em relação à escravidão e opressão dos negros.	.471	4.82(.61)
18. Os brancos devem participar da luta antirracista	.460	4.75(.69)
11. Às vezes, eu me sinto incomodado por ser branco.	.412	2.51(1.47)
12. Quando ouço uma piada com conteúdo racista, eu sinto desconforto e digo que não deve ser contada.	.347	4.63(.81)
14. É natural que os brancos tenham mais destaque na política e na mídia do que os negros.	-.250	1.48(1.03)
17. No dia a dia, não me dou conta que sou branco.	-.230	3.37(1.52)
8. Pessoas brancas geralmente são mais bonitas do que as negras.	-.206	1.34(.77)
4. Pessoas brancas têm dificuldades em reconhecer sua cor e se declarar racialmente.	.112	1.92(1.26)
15. No Brasil, brancos e negros são culturalmente diferentes.	.108	3.07(1.31)
16. Brancos e negros são moralmente diferentes.	-.008	1.33(.77)

Nota. $M(DP)$ – Média (Desvio Padrão). $N = 397$.

Análise Fatorial Confirmatória e Validade Convergente-Discriminante

A estrutura unifatorial apresentou bons indicadores de ajuste: $\chi^2 = 98.19$; gl = 65; $p < .001$, com $\chi^2/\text{gl} = 1.38$; CFI = .99; TLI = .99; RMSEA = .031; IC 90% [.017; .043]; SRMR = .068. As cargas fatoriais variaram entre ,30 (item 12) e ,80 (item 1), conforme detalhado na figura 2. A consistência interna para essa subamostra foi adequada ($\omega = .86$) (ver Figura 2).

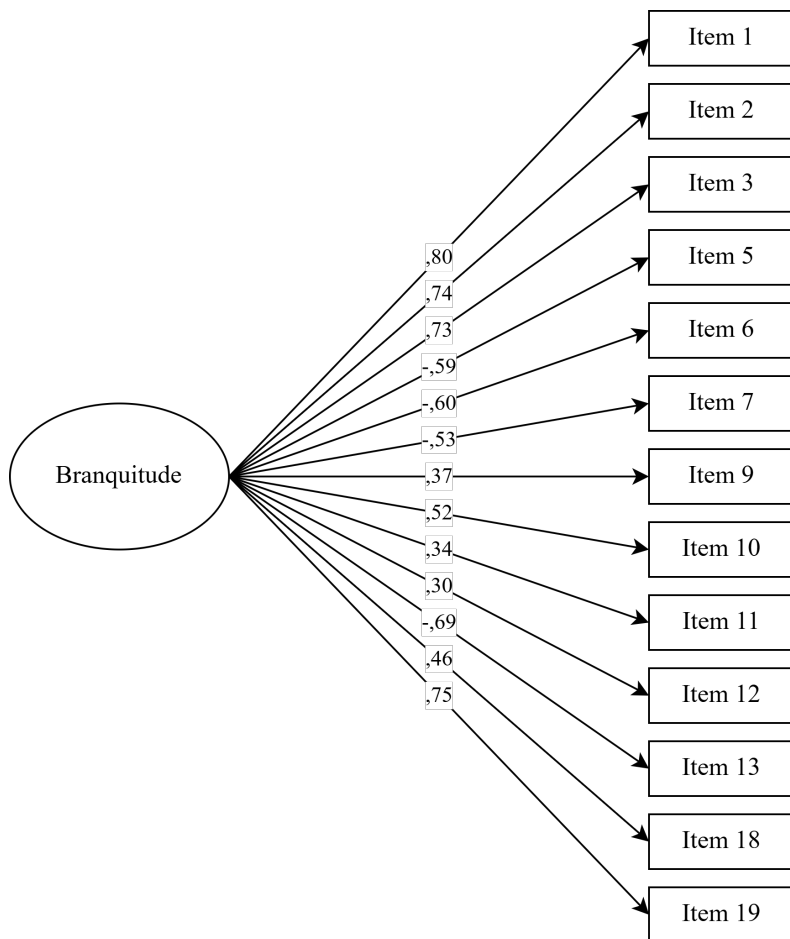


Figura 2. Estrutura fatorial por meio da AFC

A partir das estatísticas descritivas, observou-se médias baixas nos construtos avaliados; a amostra pesquisada apresentou níveis relativamente baixos de Branquitude e níveis baixos de Orientação à Dominância Social e Racismo. Para análise da validade convergente e discriminante, foram realizadas análises de correlações (Pearson) com as

três medidas. As correlações obtidas foram significativas. O fator geral da branquitude se correlacionou positivamente com a orientação para a dominância social ($r = .32$; $p < .001$) e com o racismo revitimizador ($r = .81$; $p < .001$). Ou seja, há evidências de validade convergente para os escores da escala de branquitude, pois, quanto maior os escores de branquitude, maiores os níveis de racismo. Entretanto, a correlação elevada com a orientação para dominância social (ODS) indica baixa validação discriminante da branquitude com a ODS. Todavia, quando, em uma análise posterior, é controlado o efeito da posição política no espectro Esquerda-Direita, a correlação entre ODS e branquitude cai para ,14 ($p = .012$) e da branquitude com o racismo cai para ,62 ($p = .001$), mantendo-se forte (ver Tabela 3).

Tabela 3
Estatísticas descritivas e correlações entre os fatores da branquitude e construtos relacionados

Variáveis	<i>M (DP)</i>	1	2	3
1. Branquitude	2.29 (0.63)	1		
2. Dominância social	1.50 (0.57)	.32**	1	
3. Racismo	1.85 (0.99)	.81**	.39**	1

Discussão

O objetivo desta pesquisa foi propor uma medida de branquitude, criando itens baseados na literatura e investigando as suas dimensões, ou seja, os traços de uma identidade branca calcada na lógica da supremacia (Bento, 2014; Cardoso, 2010; DiAngelo, 2018; Frankenberg, 1999; Piza, 2014; Schucman, 2014; Sovik, 2009). Esse esforço visou compreender as dinâmicas, de um fenômeno ainda pouco discutido, a identidade branca, para ampliar o debate no campo das relações raciais e contribuir academicamente no entendimento dessa temática. A

criação de um instrumento padronizado proporciona uma mensuração da branquitude no Brasil, agregando mais possibilidades analíticas ao que antes eram estudos descritivos ou ensaísticos, com base em levantamentos qualitativos.

Para evidenciar a validade de conteúdo da medida, a construção dos itens da escala contou com a colaboração de uma equipe composta por seis especialistas no estudo do racismo. Os itens foram elaborados com base nos estudos críticos da branquitude e submetidos à avaliação de especialistas na área de relações raciais, que avaliaram critérios de pertinência, compreensão e relevância. Após essa avaliação, alguns itens foram reformulados e outros retirados. Um pré-teste foi realizado com uma amostra da população-alvo, garantindo a compreensibilidade das instruções e dos itens da Escala de Autorrelato da Branquitude.

As evidências de validade da estrutura interna foram corroboradas por Análise Fatorial Exploratória e Confirmatória, que indicou uma maior consistência da versão unifatorial da escala, composta por 13 itens. Esses itens apresentaram cargas fatoriais adequadas, boa consistência interna e bons índices de ajuste. Evidências de validade por correlações com medidas externas foram obtidas por meio da validação convergente-discriminante. Constatou-se que os escores da medida de branquitude se correlacionaram positivamente e de forma elevada com a do racismo. Indicando, como esperado, que racismo e branquitude têm grandes áreas de sobreposição, ainda que sejam fenômenos diversos. O racismo é mais geral, se aplica a diversas minorias racializadas e integra, além da crença em hierarquias e a opressão baseadas em diferenças percebidas como raciais (Bethencourt, 2013), a avaliação negativa do outro porque ele pertence a um grupo racializado (preconceito) (Lima et al., 2020). A branquitude responde pela dimensão supremacista (hierarquizante) do racismo e é especificamente contra os negros.

Todavia, a validação discriminante com a Orientação à Dominação Social (ODS) foi menos nítida do que esperávamos. A correlação da branquitude com a ODS foi positiva e moderada. Considerando o valor do r de Pearson elevado ao quadrado, pode-se afirmar que pouco mais de 10% de um fenômeno compartilham a mesma variância com

o outro. Este resultado era esperado teoricamente, pois a ideologia da supremacia branca defende que o grupo branco possui características que o tornam superior aos demais grupos. Pode-se inferir que os dois fenômenos, ODS e branquitude, compõem o núcleo do conservadorismo político, focado na manutenção do status quo. De acordo com a Teoria da Dominância Social, todas as sociedades tendem a se estruturar em sistemas de hierarquia social baseadas em grupos, nos quais um pequeno número de grupos hegemônicos detém o poder em relação a vários grupos subordinados (Fernandes et al., 2007; Worley, 2022).

A título de ilustração, a escala de Orientação para a Dominância Social possui itens como: “Os grupos inferiores devem permanecer em seu lugar.” e “Para progredir na vida, às vezes, é necessário pisar os outros grupos.”. Já a escala de branquitude se estrutura em itens como: “O que chamam de “privilegio dos brancos” é, na verdade, construído a partir do esforço das pessoas, e não de alguma vantagem já existente.” e “No Brasil, pessoas brancas possuem privilégios apenas por serem brancas.”. De forma que, ainda que os construtos tenham a mesma base, ou seja, o desejo por hierarquias de domínio e a conservação de privilégios, sua semântica e espectro de ação são diversos.

Cientes desse aspecto, Pratto et al. (1994), na sua validação discriminante da ODS, fazem correlações da ODS com outros indicadores de validade discriminante parcializando o conservadorismo político-econômico. Os autores verificam que algumas correlações muito altas foram reduzidas substancialmente, mas ainda se manteve o poder preditivo da ODS. No nosso estudo, fizemos uma correlação parcial controlando o efeito da posição política no espectro direita esquerda dos participantes, um indicador de conservadorismo político, o que permitiu verificar o enfraquecimento da correlação entre ODS e branquitude, passando a 2% a parcela da variância compartilhada entre os dois construtos. Este resultado destaca uma correlação refinada mais baixa entre branquitude e ODS, o que reforça a validade discriminante entre os construtos, mas também ressalta a importância de se considerar em futuros estudos a confluência ideológica entre branquitude, orientação para dominância social e conservadorismo político nas explicações do racismo.

Considerações finais

Os resultados demonstram que a escala de branquitude apresenta um conteúdo respaldado por especialistas no campo da psicologia social, uma estrutura interna adequada e evidências por correlações com medidas teoricamente relevantes para o tema. Portanto, este estudo contribui empiricamente para a literatura sobre a branquitude com dados coletados e com a proposição de um instrumento inovador que, até o momento, não tem similar produzido no contexto brasileiro. Os dados fornecidos pela escala indicaram um baixo relativamente nível de branquitude na população pesquisada, possivelmente associado às características da amostra, com grande parte dos participantes se posicionando politicamente à esquerda, caracterizada pela defesa de maior igualdade social.

Apesar dos resultados satisfatórios, o estudo apresenta algumas limitações. A amostra foi composta majoritariamente por indivíduos do sexo feminino, com posição política de esquerda e alto grau de escolaridade, tornando-a pouco diversificada. No entanto, a escala de branquitude desenvolvida tem o potencial de facilitar o desenvolvimento de estudos mais representativos da população nacional, realizados de forma sistemática e replicável no futuro. Com base nos resultados apresentados, recomendamos a aplicação do instrumento em futuras pesquisas sobre a branquitude. Trata-se de um instrumento curto (13 itens), com estrutura fatorial parcimoniosa (unifatorial) e, portanto, de fácil aplicação. É importante, todavia, considerar que se trata de um instrumento adaptado ao contexto de relações racializadas do Brasil. Aplicações em outros contextos culturais e linguísticos devem proceder a novas adaptações dos itens.

Estudos adicionais podem continuar o aprimoramento psicométrico da medida, por meio de novos ajustes ou adaptações, bem como através da verificação de outros tipos de evidências de validade, como processos de resposta (e.g. entrevistas cognitivas), validade preditiva e validade consequencial. Estudos posteriores também devem investigar

a invariância em estudos futuros, por meio de análises fatoriais confirmatórias multigrupo e o funcionamento diferencial dos itens via teoria de resposta ao item (por gênero, escolaridade, orientação política, por exemplo). Além disso, replicações futuras serão úteis para investigar a estabilidade fatorial em outros contextos históricos e políticos, mais ou menos racializados e racistas. O instrumento poderá ser utilizado para testagem de modelos teóricos, através de delineamentos preditivos sobre a legitimação do preconceito e hierarquias sociais. Pode ainda ser usada em pesquisas para explorar os correlatos ideológicos da branquitude, a exemplo do endosso a ideologias conservadoras-reacionárias, crenças essencialistas, desumanização de minorias racializadas e desengajamento moral.

Uma limitação que acompanha os estudos sobre racismo e fenômenos correlatos, é a desejabilidade social que interfere nas respostas dos participantes cujo autoconceito é de pessoa igualitária. A essa limitação se soma o fato de a amostra ser basicamente formada por estudantes universitários de graduação ou de pós-graduação. Novas pesquisas poderão agregar medidas de desejabilidade social em amostras mais representativas da população brasileira. Não obstante a limitação, ainda assim, as médias de branquitude da amostra pesquisada estiveram acima do valor 2, indicando uma aceitação quase mediana do fenômeno

Quanto às implicações práticas, a referida escala pode ser usada como ferramenta pedagógica e de avaliação de políticas públicas racialmente sensíveis, bem como em pesquisas interventivas que visem reduzir o racismo e aumentar o engajamento antirracista da população. Estudos com abordagens intervencionistas são necessários para difundir o tema da branquitude e fortalecer a luta por uma sociedade efetivamente inclusiva.

Referências

- Applebaum, B. (2016). Critical Whiteness Studies. *School of Education*.
<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.5>
- Aiken, L. R. (1985). Three coefficients for analyzing the reliability and validity of ratings. *Educational and Psychological Measurement*, 45(1), 131-142. <https://doi.org/10.1177/0013164485451012>
- Bastide, R., & Fernandes, F. (1955). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. Anhembi.
- Bento, M. A. S. (2002). *Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf
- Bento, M. A. S. (2014). Branqueamento e Branquitude no Brasil. Em: I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-57). Vozes.
- Bethencourt, F. (2013). *Racisms: From the crusades to the twentieth century*. Princeton University Press.
- Brown, T. (2015). *Confirmatory Factor Analysis for Applied Research* (2nd ed.). Guilford Press.
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8(1), 607-630. <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/70>
- Corossacz, V. R. (2014). Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (105), 43-64. <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/42348>
- Damásio, B. F., & Borsa, J. C. (2023). *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos*. Vetor editora.
- DiAngelo, R. J. (2018). *Não basta não ser racista: sejamos antirracistas*. Marcos Marcionilo (Trad). Faro Editorial.

- DiStefano, C., & Morgan, G. B. (2014). A comparison of diagonal weighted least squares robust estimation techniques for ordinal data. *Structural Equation Modeling*, 21(3), 425-438. <https://doi.org/10.1080/10705511.2014.915373>
- Fernandes, S., Costa, J., Camino, L., & Mendoza, R. (2007). Valores psicossociais e orientação à dominância social: Um estudo acerca do preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 490-498. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000300017>
- Fernandes, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. Difusão Européia do Livro.
- Frankenberg, R. (1999). *White women, race matters: the social construction of whiteness*. University of Minnesota.
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). Exceptions that prove the rule--Using a theory of motivated social cognition to account for ideological incongruities and political anomalies: Reply to Greenberg and Jonas (2003). *Psychological Bulletin*, 129(3), 383-393. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.3.383>
- Li, C. H. (2016). Confirmatory factor analysis with ordinal data: Comparing robust maximum likelihood and diagonally weighted least squares. *Behavior Research Methods*, 48(3), 936-949. <https://doi.org/10.3758/s13428-015-0619-7>
- Lima, M. E. O., Barbosa, I. H. A., Araujo, E. M. S., & Almeida, J. N. D. (2020). Construcción y validación de la escala de racismo revitimizador. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(2), 111-130. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n2p130>
- Piza, E. (2000). Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. Em: Huntley, L. W. & Guimarães, A. S. A. (Orgs.) *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*, (pp. 97-125). Paz e Terra.
- Piza, E. (2014). Porta de vidro: entrada para a branquitude. Em: Carone, I. & Bento, M. A. S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: Estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (6th ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. J. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741-763. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.67.4.741>
- Ramos, A. G. (1995/1957). *Patologia social do "branco" brasileiro*. Editora da UFRJ.
- Schucman, L. V. (2014). Sim, Nós Somos Racistas: Estudo Psicossocial da Sociedade Paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>
- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. Cambridge University Press.
- Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. Sextante.
- Sovik, L. R. (2009). *Aqui ninguém é branco*. Aeroplano Editora e Consultoria.
- Worley, R. (2022). *Sidanius e Pratto Dominância Social 1999*. Universidade Johns Hopkins. https://www.researchgate.net/publication/360669756_Sidanius_and_Pratto_Social_Dominance_1999

Recibido: 26/08/2024

Revisado: 19/01/2026

Aceptado: 16/02/2026